



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

OFÍCIO nº 318/2021- C.M.C.

Cascavel, 14 de setembro de 2021.

Ao Exmo. Sr.
Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Moção de Apoio

Encaminhamos Moção nº 52 de 2021, de autoria do vereador Policial Madril/PSC, a qual foi lida pelo Plenário desta Casa de Leis em Sessão Ordinária realizada dia 14 de setembro de 2021.

Atenciosamente,


Cabral
1º Secretário


Alécio Espínola
Presidente



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

MOÇÃO Nº 52 DE 2021.
Proponente: (Vereador Policial Madril/PSC)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL

Recebido em 13/09/21
Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel;

A Câmara Municipal de Cascavel, por meio de seu representante legal, subscritor da presente proposição legislativa, nos termos que regem o arts. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis, hipoteca MOÇÃO DE APOIO à Sugestão nº 16, de 2018, fruto da Ideia Legislativa nº 102.498, que tem como objetivo isentar da incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) os policiais militares que recebam menos de dez salários mínimos.

Dê-se ciência desta Moção ao Excelentíssimo Senhor Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, para que igualmente cientifique a todos os Senadores da República.

É a Moção, Sala das Sessões.
Cascavel, 10 de setembro de 2021.

P. Madril
Policial Madril
Vereador/PSC

Exposição de Motivos:

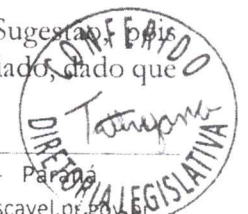
A presente moção tem por objetivo manifestar APOIO à Sugestão nº 16, de 2018, fruto da Ideia Legislativa nº 102.498, que tem como objetivo isentar da incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) os policiais militares que recebam menos de dez salários mínimos.

A referida Ideia Legislativa foi proposta por um cidadão do Rio de Janeiro, que sugeriu a isenção do IRPF aos policiais militares que ganham menos de dez salários mínimos, sob a justificativa de que referida profissão possui o maior risco de morte do país e que os policiais já são bastante onerados para manter a própria segurança, inclusive com despesas de compra e manutenção de veículos, uma vez que não podem se utilizar de transporte público coletivo, sendo, portanto, justo que a classe receba tal benesse fiscal.

No período de 3 de abril a 8 de julho do ano de 2018, a ideia alcançou apoio superior a 20.000 (vinte mil) manifestações individuais, sendo então transformada na Sugestão nº 16, de 2018, e posteriormente encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para opinião sobre a sua admissibilidade e conteúdo, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015.

Na análise da referida Sugestão, a CDH além de entender ser a mesma meritória e merecedora de acatamento, também sugeriu que fosse ampliada de modo a abranger todas as categorias de profissionais de segurança pública indicados no art. 144 da Constituição Federal.

Nessa esteira, a presente proposição visa manifestar total apoio à referida Sugestão. Igualmente entendemos que os agentes de segurança pública merecem tratamento diferenciado, dado que esses profissionais estão diariamente submetidos a riscos, pressões e dificuldades.





Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Segundo dados apresentados no próprio parecer da CDH, extraídos de um estudo publicado no ano de 2015, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas da FGV e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, o qual contou com 10.323 profissionais de segurança pública, dentre eles policiais militares, civis, rodoviários federais, federais, bombeiros e guardas municipais, 75,6% desses agentes já foram alvo de ameaça quando em serviço e 53,1% fora de serviço, além do mais, 61,9% tiveram algum colega próximo vítima de homicídio em serviço e 70% vivenciaram a mesma hipótese estando o colega vitimado fora de serviço, ou seja, os mesmos enfrentam

Ademais, ainda segundo a pesquisa, 15,6% dos profissionais de segurança pública foi diagnosticado com algum tipo de distúrbio psicológico; 50,4% afirmam já ter passado por dificuldade financeira para garantir o próprio sustento da família e, relativamente aos hábitos, 61,8% alegaram que evitam utilizar o transporte público coletivo, conforme muito bem salientado na Ideia Legislativa nº 102.498; e ainda, 44,3% escondem a farda ou o distintivo no trajeto entre a casa e o trabalho; 39,1% declararam que limitam o círculo de amizade e convívio aos colegas de trabalho e 35,2% escondem de conhecidos o fato de que são da categoria.

Sendo assim, conclui-se da análise da referida pesquisa que os profissionais da segurança pública além de exercerem uma função de alto risco, estando expostos diariamente à perigo de vida, também em sua grande maioria enfrentam dificuldades financeiras, de modo que entendo ser justa a concessão de isenção do IRPF a esses agentes, o que lhes proporcionaria ganho salarial, na medida em que os mesmos emprestam sua saúde, juventude e vigor físico em prol da sociedade.

Dessa forma, pelos motivos acima expostos, manifesto meu total apoio à Sugestão nº 16, de 2018, fruto da Ideia Legislativa nº 102.498, para que seja concedida a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) a todas as categorias de profissionais de segurança pública indicados no art. 144 da Constituição Federal que recebam menos de dez salários mínimos nacional.

P. Mendes





SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 1862.2021-PRESID

Brasília, 6 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

Alécio Espíndola

Presidente da Câmara Municipal de Cascavel/PR

admin@camaracascavel.pr.gov.br

Assunto: Moção nº 52 de 2021.

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e, por sua incumbência, venho acusar o recebimento do Ofício nº 318/2021 – C.M.C., datado de 14 de setembro do ano corrente, ao tempo de apresentar, de sua parte, manifestação de agradecimento pela contribuição para o bom debate democrático, o que em muito enriquece os trabalhos deste Senado Federal.

2 O entendimento dessa Câmara Municipal foi remetido à Secretaria Geral da Mesa, para fins de ciência e eventual encaminhamento à Comissão atinente, mencionando que a Casa também possui, como mecanismo para o exercício da prática democrática, o portal e-Cidadania <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre>, que dispõe de ferramentas para o envio de ideias legislativas, para a participação interativa em audiências públicas e para a consulta pública sobre proposições legislativas. Ao utilizar e divulgar o portal e-Cidadania, estimula-se a maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação desta Casa Legislativa.

3 Por fim, reitera-se que o Senado Federal permanece ao alcance da população para o diálogo e para a busca da melhor condução dos temas de interesse da nação.

Atenciosamente,

João Batista Marques

Chefe de Gabinete

(Assinado digitalmente)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO 63 /2021

Juntem-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PL nº 5189 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.008107/2021-19
2. PLS nº 214 de 2016. Documento SIGAD nº 00100.105046/2021-29
3. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.105036/2021-93
4. PL nº 3018 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.105066/2021-08
5. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104988/2021-90
6. PLC nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.105030/2021-16
7. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104554/2021-90
8. MPV nº 1063 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104510/2021-60
9. MPV nº 1063 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104626/2021-07
10. MPV nº 1063 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104599/2021-64
11. PLP nº 112 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103294/2021-35
12. PL nº 5829 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.103231/2021-89
13. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.103284/2021-08
14. SUG nº 16 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.103693/2021-04
15. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103696/2021-30
16. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.103699/2021-73
17. PL nº 3018 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103688/2021-93
18. PL nº 2634 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103622/2021-01
19. PL nº 410 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.103709/2021-71
20. PL nº 6396 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.103115/2021-60
21. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.102980/2021-99
22. PL nº 6551 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.103076/2021-09
23. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.102996/2021-00
24. PL nº 3657 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.101730/2021-31
25. PLP nº 112 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101019/2021-87



26. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101658/2021-42
27. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.103007/2021-97
28. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103004/2021-53
29. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104027/2021-85
30. VET nº 51 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104056/2021-47
31. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.104689/2021-55
32. MPV nº 1063 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104017/2021-53
33. PL nº 3018 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104166/2021-17
34. PEC nº 188 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.104161/2021-86
35. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101377/2021-90
36. VET nº 19 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101369/2021-43
37. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103512/2021-31
38. VET nº 28 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101409/2021-57
39. PL nº 5532 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.101355/2021-20
40. VET nº 42 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.100822/2021-02
41. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.105020/2021-81
42. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.104990/2021-69
43. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.103490/2021-18
44. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.100147/2021-11
45. PLC nº 85 de 2017. Documento SIGAD nº 00100.106657/2021-94

Secretaria-Geral da Mesa, 14 de outubro de 2021.

(assinado digitalmente)
JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

